



Regime das Empresas Locais e Estatuto dos respetivos Gestores

Em especial, quanto ao quadro remuneratório e outros benefícios, incompatibilidades, impedimentos, bem como principais fragilidades, situações típicas de incumprimento e suas consequências

Formação Online | Formação Administração Pública

Datas: 12 e 13 de maio de 2026

Horário: 09h00 às 13h00

OBJETIVO GERAL

Efetuar o enquadramento do **Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais**, bem como a sua articulação, no que concerne ao **estatuto dos gestores locais**, com o **Estatuto do Gestor Público**, o **Estatuto dos Eleitos Locais** e o **Regime do Exercício de Funções por Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos**, salientando, nestes últimos aspetos, as suas fragilidades e as práticas ilegais que vêm sendo adotadas e, finalmente, abordar o **regime de controlo e responsabilização**, em especial, em sede financeira.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer o sector público em Portugal e a sua estrutura;
- Apreender os principais aspetos do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAEP), aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31/08, nomeadamente:
 - Apreciar exposição dos motivos relativa ao regime legal;
 - Compreender a problemática atual da adoção pelos municípios de formas empresariais para a prossecução das suas atribuições e competências;
 - Conhecer, atendendo também ao Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo DL n.º 262/86, de 02/09, o tipo de empresas que podem ser adotadas e, nas sociedades anónimas, ao único modelo de gestão a que podem recorrer e pressupostos da possibilidade de existência de gestores executivos e não executivos;
 - Articular o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFAEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3/09, com o RJAEP no que respeita aos limites da dívida total de operações orçamentais dos municípios, em especial, quanto à regra de equilíbrio prevista no último diploma indicado;
 - Conhecer o conceito de entidades reclassificadas e a sua repercussão sobre os diferentes regimes contabilísticos aplicáveis às empresas locais (Sistema de Normalização contabilística para as Administrações Públicas – SNC-AP - ou Sistema de Normalização Contabilística – SNC-, aprovados, respetivamente, pelos DL n.º 192/2015, de 11/09 e DL n.º 98/2015, de 2/06);



- 3.1. Quadro constitucional
 - 3.2. Organização administrativa
 - 3.3. Enquadramento contabilístico e financeiro (breves notas e remissão)
 - 3.4. Soluções organizacionais alternativas para a prossecução das atribuições e competências municipais (remissão)
 - 3.5. O sistema de controlo da administração local (remissão)
 - 4. **A gestão de dinheiros públicos**
 - 4.1. A função financeira
 - 4.2. Funções da moderna gestão financeira
 - 4.3. Finanças públicas e finanças privadas
 - 4.4. A gestão financeira como uma atividade transversal a todo o setor público
 - 4.5. Dimensão económica, política e jurídica das finanças públicas, em especial, do orçamento
 - 4.6. Noção, tipos e funções do orçamento (instrumento político, financeiro e de gestão)
 - 4.7. Alguns critérios subjacentes a uma boa gestão financeira do sector público
- III. Regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (Lei n.º 50/2012, de 31/08)**
- 1. Disposições gerais
 - 2. **Serviços municipalizados e intermunicipalizados**
 - 2.1. Organização
 - 2.2. Objeto
 - 2.3. Contabilidade e documentos previsionais e de prestação de contas
 - 2.3.1. Contabilidade dos serviços municipalizados/contabilidade dos municípios – Breve abordagem ao SNC-AP
 - 2.3.2. Documentos previsionais e de prestação de contas e sua publicidade
 - 2.4. Distribuição de resultados positivos
 - 2.5. Extinção, externalização e transformação em empresa local
 - 3. **Empresas locais**
 - 3.1. Disposições comuns
 - 3.1.1. Conceito de empresa local
 - 3.1.2. Objeto social e regime jurídico
 - 3.1.3. Constituição, estatutos, administração, fiscalização, transformação de associação de municípios em empresa local, direitos societários e controlo
 - 3.1.3.1. Relações entre o representante do acionista na assembleia geral da empresa e o titular da função acionista (art. 62º, do RJSPE)
 - 3.1.4. Tipo de empresas que podem ser adotadas e, nas sociedades anónimas, referência ao único modelo de gestão a que podem recorrer de acordo com o CSC



3.1.5. Empresas públicas reclassificadas e não reclassificadas – Conceito e impacto no regime contabilístico aplicável (SNC ou SNC-AP) às empresas locais, bem como algumas breves notas sobre o último regime referido

3.1.6. Delegação de poderes

3.1.7. Estatuto do pessoal e pessoal em relação jurídica de emprego público

3.1.8. Estatuto dos gestores das empresas locais (cfr. infra)

3.1.9. Princípios de gestão, contabilidade das empresas e viabilidade económico-financeira e racionalidade económica

3.1.9.1. Empresas públicas reclassificadas e não reclassificadas – Conceito e impacto no regime contabilístico aplicável (SNC ou SNC-AP) às empresas locais, bem como algumas breves notas sobre o último regime referido

3.1.10. Parceiros privados

3.1.11. Concorrência e regulação setorial

3.1.12. Subsídios ao investimento e à exploração, indemnizações compensatórias e adjudicação, pelas entidades públicas participantes, de aquisições de bens e serviços, locações, fornecimentos ou empreitadas, bem como breve enquadramento em termos de contratação pública, incluindo nos setores especiais

3.1.13. Orientações estratégicas

3.1.14. Participações sociais

3.1.15. Controlo financeiro (cfr. infra)

3.1.16. Equilíbrio de contas e empréstimos (repercussões no limite da dívida total de operações orçamentais dos municípios detentores do capital – cfr. infra)

3.1.17. Deveres de informação e transparência

3.2. Disposições específicas

3.2.1. Empresas locais de gestão de serviços de interesse geral

3.2.1.1. Os contratos-programa previstos no RJAEP e a sua articulação com os contratos de gestão delegada consagrados no RJSMASRU

3.2.2. Empresas locais de desenvolvimento local e regional

4. Participações locais

4.1. Participações em sociedades comerciais

4.2. Objeto social

4.3. Aquisição de participações locais

4.4. Fiscalização prévia e deveres de comunicação

4.5. Controlo e equilíbrio

5. Outras participações

5.1. Requisitos e procedimentos

5.2. Fundações

5.3. Cooperativas (incluindo as especificidades das regiões cooperativas, ou cooperativas de interesse público) e associações de direito privado



6. Alienação, dissolução, transformação, integração, fusão e internalização

6.2. Dissolução das empresas locais (nomeadamente, critérios para a dissolução obrigatória e suas exceções), transformação (alienação?), integração e fusão, internalização

6.4. Comunicação à Inspeção-Geral de Finanças

6.5. Aplicação do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

7.1. Sociedades comerciais constituídas ou participadas por empresas locais

7.2. Regime especial (serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas, de gestão de resíduos sólidos e de reabilitação urbana)

7.3. Remissões

7.4. Normas transitórias

7.5. Norma revogatória

7.6. Entrada em vigor

1. Análise, detalhada, do estatuto dos gestores públicos locais, através da articulação do regime do RJAEPL com a aplicação subsidiária do EGP, do Estatuto do Eleito Local (EEL), aprovado pela Lei n.º 29/87, de 30/06, bem como com a Lei n.º 52/2019, de 31/07, nomeadamente quanto:

1.1. Eleição dos gestores locais

1.2. Composição do órgão de gestão e duração dos mandatos dos gestores, bem como possibilidade da existência de gestores executivos e não executivos

1.3. Estatuto remuneratório e outros benefícios, fragilidades, principais situações de incprimento e consequências

1.3.1. Articulação, nestas matérias, entre o representante do acionista na assembleia geral da empresa e o titular da função acionista

1.4. Contratos de gestão celebrados com os membros do órgão de gestão

1.5. Impedimentos dos gestores locais

1.6. Incompatibilidades dos gestores locais (no e para o exercício de funções) e principais situações de incumprimento

1.7. Deveres de comunicação dos gestores locais

1. Quanto:

1.1. À relevância das entidades abrangidas pelo RJAEPL para os limites da dívida total de operações orçamentais do município



- ## VI. O sistema de controlo da administração pública e a responsabilização

1.1. Distinção entre controlos externo e interno

1.2. O sistema de controlo previsto para a administração local

3. O sistema de controlo interno da administração pública

- 3.1.** A intervenção dos órgãos de controlo interno empresas locais
- 3.2.** A aplicação do regime da tutela administrativa nas empresas locais - Dificuldades

- 4.1. Breve enquadramento deste órgão jurisdicional
- 4.2. Responsabilidade financeira e suas modalidades
 - 4.2.1. Responsabilidade financeira reintegratória e sancionatória
 - 4.2.2. Responsáveis, em especial o quadro legal respeitante à responsabilidade dos eleitos locais
 - 4.2.3. Avaliação e graduação da culpa
 - 4.2.4. Extinção de responsabilidades financeiras

FORMADOR

Alexandre Amado

- 
- ENTIDAD FORMADORA CERTIFICADA



- ### Datas, Horário e Duração

Horário: 09h00 às 13h00

Duração: 8 horas

- O Seminário tem o formador presente, em direto com os participantes, realizando a formação através da plataforma ZOOM;
- Esta formação é certificada;
- Durante as sessões os participantes poderão colocar questões verbais, mediante as regras que serão anunciadas no início da formação (quais os tempos, em que fase, qual a ordem, etc.). Ainda durante as sessões haverá possibilidade também de colocação de questões por escrito ao formador, através do chat do ZOOM. As questões serão respondidas durante a sessão ou, na sessão subsequente, mediante envio de documento com as possíveis respostas;
- Será fornecida toda a documentação de suporte à formação.
- Independentemente da duração do seminário:
 - Para a emissão do Certificado, é necessária uma taxa de presença mínima de 80%;
 - Se a taxa de presença for inferior a 80% e superior a 50%, será emitido um Certificado de Presença com a indicação do número de horas frequentado;
 - Se a taxa de presença for igual ou inferior a 50%, será emitida uma Declaração.

Limite de inscrições: 25 participantes

Inscrição: 220 € + IVA (23%)

Inscrição de dois ou mais participantes da mesma entidade: 190 € + IVA (23%), por participante

- Documentação;
- Certificado de participação.





Poderá fazer a inscrição no nosso site www.quadrosemetas.pt.

Se desejar, e uma vez que o número de inscrições é limitado, poderá efetuar uma pré-marcação telefónica e confirmar posteriormente através do envio da ficha de inscrição.

O pagamento deverá ser efetuado por transferência bancária (CGD, IBAN: PT50 0035 0651 0051 0352 9303 8) ou por cheque (à ordem da Quadros & Metas – Consultores de Gestão e Formação, Lda., contribuinte nº 503 586 730).

O cancelamento da inscrição só dará lugar ao reembolso se for efetuado 10 dias úteis antes da realização do Seminário. Após esse período o cancelamento, se for efetuado até 5 dias úteis antes da realização do seminário, dará lugar á retenção de 25% do pagamento, para compensação das despesas administrativas realizadas. Os cancelamentos efetuados com menos de 3 dias úteis da data de realização do seminário serão faturados na sua totalidade.

A Quadros & Metas aceita, mediante comunicação escrita, que qualquer pessoa inscrita possa ser substituída.

Carina Romano

carina.romano@quadrosemetas.pt

Tel.: 228 301 302

QUADROS & METAS

QUADROS & METAS – Construir o futuro com as pessoas e para as pessoas

Siga-nos no



Entre em contacto connosco através do WhatsApp

(+ 351) 910 531 329

